



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **Conteúdo programático de prática processual**

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL, DO CONSUMIDOR E DIFUSOS E COLETIVOS**

##### **ATENÇÃO - Regras para elaboração da Pasta:**

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM**, disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ**.
3. Os relatórios de audiências deve ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no formulário identificado - **Relatório de Audiências** - devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, necessário anexar também o certificado.
4. Para a aprovação da pasta, **TODOS OS ITENS abaixo devem ser REALIZADOS e DATADOS do PRIMEIRO semestre de 2025**.
5. **A AUSENCIA de qualquer de uma das atividades propostas gera a reprovação TOTAL da PASTA.**
6. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único**.

##### **1. Prática Processual Penal**

Helena solicitou a progressão do regime fechado para o regime semiaberto, por ter completado 30% da sua pena, de um total de 12 anos, condenado que foi por dois roubos, sendo reincidente. O juiz da execução penal, acolhendo parecer do Ministério Público, indeferiu o pedido, pois ainda não havia sido elaborado o exame criminológico, nem oferecido o parecer da Comissão Técnica de Classificação, embora existisse nos autos atestado de boa conduta carcerária. Diante do fato narrado elabore a Petição de interposição e razões de agravo em execução em favor de Helena.

##### **2. Prática Processual em Direito do Consumidor**

Em 24 de outubro de 2024, Patrícia adquiriu da loja POLISHOP uma escova secadora rotativa Diamond Rotating Conair, 110V, pelo preço de **R\$ 629,91** à vista no Pix ou **R\$ 699,90** em até **10x R\$ 69,99** s/juros no cartão de crédito. Após a provação do pagamento pela instituição financeira, o bem lhe foi enviado em 48 horas, muito bem embalado, na caixa e com o manual de instrução. Ao receber, Patrícia analisou com cuidado o manual de instrução para verificar o funcionamento do equipamento quanto a velocidade e temperatura. Após isto, como tinha acabado de

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

lavar os cabelos foi logo utilizando a escova, que para sua surpresa, ao ligar o equipamento, o mesmo imprimiu uma força além do esperado com uma temperatura muito acima do aceitável (**PRODUTO em questão mostrou-se DEFEITUOSO**), o que levou a queimar os fios e o couro cabeludo. Necessitou de assistência médica imediata, pois teve queimadura de primeiro grau no couro cabeludo e ficou com alopecia. Passado o susto e o tratamento médico que durou 4 meses mediante ingestão de alguns remédios para dor, pomadas e curativos na ferida da cabeça, resolveu procurar um advogado pois gostaria de saber se teria algum direito diante do Código de Defesa do Consumidor. O profissional lhe informou que poderia propor uma **AÇÃO de INDENIZAÇÃO MATERIAL COMPRA E VENDA – Acidente de consumo – Indenização material**. Elabore a petição inicial.

### **3. Prática de Direitos Difusos e Coletivos**

Todos os indivíduos são titulares de direitos, mas existem alguns direitos que ultrapassam a esfera estritamente individual. Neste sentido eles são chamados de direitos coletivos, que em geral, são entendidos como direitos sociais reconhecidos por lei, como o direito a saúde, os direitos trabalhistas e o direito ao meio ambiente equilibrado. Quando o direito coletivo não é respeitado muitas pessoas são prejudicadas e cabe ao Ministério Público o papel de agir em defesa do direito (art. 129, CF). Conforme previsto no parágrafo 1º, art. 8, da lei 7347/85, o MP pode instaurar um inquérito civil público e, conforme art. 5, parágrafo 6º da mesma lei, poderá firmar termo de ajustamento de conduta (TAC). Em 29 de março de 2023, o Ministério Público de São Paulo FIRMOU termo de ajustamento de conduta (TAC) com a indústria de cosméticos “AVA”, para deixar de jogar dejetos no meio ambiente em frente da sede da empresa e construir no mesmo local uma praça pública até 20 de novembro de 2023. A empresa não cumpriu integralmente, no momento e na forma adequada, as obrigações assumidas no termo de ajustamento de conduta (TAC) e desse modo, **como membro do Ministério Público de São Paulo, proponha a demanda cabível**, uma vez que a obrigação de fazer foi firmada na cidade de Barueri e que o TAC se trata de um título executivo extrajudicial.

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM**

### **4. Audiências e visitas especificadas**

**4.1.** Assistir 04 (quatro) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do Comum Civil**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, dando preferência as audiências realizadas nos anos de 2021/2022, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando o **certificado**.

**4.2.** Assistir 02 (duas) **audiências** de criminal de instrução, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando o **certificado**.

**4.3.** Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

### **5. Prática Jurídica Real – 40 horas**

A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de **Termo de Compromisso de Estágio** ou **Declaração de Estágio**, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.

A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas no campus AUGUSTA E MOOCA** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva. Para a comprovação desta tarefa, os alunos deverão a cada dia de comparecimento solicitar ao professor responsável o preenchimento e assinatura em formulário próprio.